

Refugiados palestinos no jornalismo televisivo português: entre visibilidade, narrativa e reconhecimento (RTP e SIC, 2023–2025)

Palestinian refugees in Portuguese television journalism: between visibility, narrative and recognition (RTP and SIC, 2023–2025)

  **Catarina Castro e Melo**

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS)
Universidade do Minho
Braga, Portugal

 **Felisbela Lopes**

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS)
Universidade do Minho
Braga, Portugal

Resumo

A escalada do conflito Israel–Palestina a partir de outubro de 2023, com particular incidência sobre a Faixa de Gaza, intensificou a crise humanitária e renovou a centralidade da representação mediática das populações deslocadas. Neste contexto, o jornalismo televisivo desempenha um papel relevante na mediação do sofrimento e na definição das condições através das quais determinadas vidas se tornam visíveis e reconhecíveis no espaço público. Este artigo examina os enquadramentos noticiosos, as estruturas narrativas, as fontes de informação e o grau de humanização da representação nas reportagens da RTP1 e da SIC sobre refugiados palestinos, entre 2023 e 2025. A investigação adota uma abordagem qualitativa interpretativa, combinando análise crítica do discurso e análise narrativa, aplicada a um corpus de 20 reportagens emitidas em períodos de elevada visibilidade mediática. Os resultados evidenciam a predominância de um enquadramento humanitário, particularmente na RTP1, e de narrativas centradas na vitimização e sobrevivência das populações civis. A presença recorrente de testemunhos diretos de civis palestinos contribui para a individualização e humanização da representação, embora a autoridade interpretativa permaneça frequentemente ancorada em fontes institucionais. A análise demonstra, assim, que o reconhecimento mediático não decorre automaticamente da visibilidade, mas depende das condições narrativas e discursivas que estruturam a representação, nomeadamente da forma como as vozes são posicionadas, os sujeitos identificados e as experiências individualizadas. O estudo evidencia, deste modo, o papel ativo do jornalismo televisivo na construção das condições de reconhecimento dos refugiados palestinos no espaço público.

Palavras-chave: análise crítica do discurso, enquadramento noticioso, jornalismo televisivo, reconhecimento mediático, refugiados palestinos, representação mediática do sofrimento

Abstract

The escalation of the Israel–Palestine conflict since October 2023, particularly in the Gaza Strip, has intensified the humanitarian crisis and renewed the centrality of media representations of displaced populations. In this context, television journalism plays a significant role in mediating suffering and shaping the conditions under which certain lives become visible and recognisable in the public sphere. This article examines the news frames, narrative structures, sources of information, and degree of humanisation of representation in RTP1 and SIC reports on Palestinian refugees between 2023 and 2025. The study adopts a qualitative interpretative approach, combining critical discourse analysis and narrative analysis, applied to a corpus of 20 reports broadcast during periods of heightened media visibility. The findings reveal the predominance of a humanitarian frame, particularly on RTP1, and narratives centred on the victimisation and survival of civilian populations. The recurring presence of direct testimonies from Palestinian civilians contributes to the individualisation and humanisation of representation, although interpretative authority often remains anchored in institutional sources. The analysis thus demonstrates that mediated recognition does not automatically arise from visibility but depends on the narrative and discursive conditions that structure representation, particularly how voices are positioned, subjects are identified, and experiences are individualised. The study thereby highlights the active role of television journalism in constructing the conditions under which Palestinian refugees become recognised in the public sphere.

Keywords: critical discourse analysis, media representation of suffering, mediated recognition, news framing, Palestinian refugees, television journalism

1. Introdução

Ao longo do século XX e no início do século XXI, os conflitos armados revelaram não apenas a persistência da violência como instrumento político, mas também a centralidade dos civis deslocados como figura simbólica das guerras contemporâneas. Progressivamente, os refugiados passaram a ocupar um lugar estruturante na imaginação mediática dos conflitos internacionais, tornando-se um dos principais referentes humanos do sofrimento associado à guerra. A forma como estas populações são representadas pelos média integra, assim, a própria narrativa dos conflitos, contribuindo para a construção pública do seu significado moral, político e humano.

A escalada do conflito Israel–Palestina a partir de outubro de 2023, com especial incidência sobre a Faixa de Gaza, intensificou deslocações forçadas em larga escala, agravou a crise humanitária e reativou o debate global sobre direitos humanos, proteção de civis e responsabilidade internacional. Neste contexto, a cobertura mediática — e, em particular, o jornalismo televisivo — assume um papel determinante na mediação do sofrimento, na atribuição de inteligibilidade aos acontecimentos e na construção de regimes de visibilidade que estruturam as condições através das quais determinadas vidas se tornam reconhecíveis no espaço público.

Em Portugal, apesar da centralidade da televisão enquanto fonte de informação para uma parte significativa da população, permanece escassa a investigação sistemática sobre as condições mediáticas através das quais o sofrimento dos refugiados palestinianos é representado e tornado inteligível no jornalismo televisivo. Esta lacuna é particularmente relevante num contexto em que o jornalismo desempenha um papel central na construção das narrativas públicas sobre a guerra e na definição dos quadros interpretativos que moldam a perceção do sofrimento humano.

Perante este enquadramento, o presente artigo propõe-se examinar os enquadramentos noticiosos, as estruturas narrativas, as fontes de informação e o grau de humanização da representação mobilizados na cobertura da RTP1 e da SIC entre 2023 e 2025, procurando compreender de que modo estes dispositivos contribuem para a construção mediática do sofrimento e das condições de reconhecimento dos refugiados palestinianos no jornalismo televisivo português.

O estudo é orientado pela seguinte pergunta de investigação:

De que modo os enquadramentos noticiosos, as estruturas narrativas, as fontes de informação e o grau de humanização da representação contribuem para a construção mediática do sofrimento e das condições de reconhecimento dos refugiados palestinianos no jornalismo televisivo português?

A partir desta pergunta definem-se quatro objetivos específicos:

- Mapear os enquadramentos noticiosos predominantes nas reportagens televisivas da RTP1 e da SIC, identificando os principais quadros interpretativos através dos quais o sofrimento é tornado visível e inteligível.
- Analisar as estruturas narrativas mobilizadas nas reportagens, identificando os modos de posicionamento dos refugiados palestinianos no desenvolvimento da história.

- Examinar as fontes de informação presentes nas reportagens, observando que atores são legitimados enquanto produtores de conhecimento e de que modo contribuem para a construção discursiva do sofrimento.
- Avaliar o grau de humanização da representação dos refugiados palestinos, com base numa escala analítica (alto, médio, baixo), considerando indicadores como a individualização, a presença de voz direta e a contextualização biográfica.

Ao centrar-se num objeto empiricamente delimitado, este estudo procura contribuir para uma compreensão mais aprofundada do papel do jornalismo televisivo na mediação do sofrimento em contextos de guerra, examinando não apenas o que é tornado visível, mas as condições discursivas e narrativas que tornam determinadas vidas reconhecíveis no espaço mediático contemporâneo.

2. Enquadramento teórico

2.1. Conflito Israel–Palestina e a condição refugiada palestina

A condição de refugiado palestino tem origem na Nakba de 1948, episódio fundador marcado pelo deslocamento forçado de mais de 700 mil palestinos na sequência da criação do Estado de Israel (Morris, 2004; Pappé, 2006). Este acontecimento não apenas inaugurou uma crise humanitária de grande escala, como instituiu uma condição singular no sistema internacional de proteção de refugiados, caracterizada pela sua persistência estrutural, prolongamento temporal e transmissão intergeracional. Ao contrário de outros contextos de deslocação forçada associados a conflitos armados, a condição refugiada palestina não se configurou como uma situação transitória, mas como uma realidade política, social e jurídica duradoura, profundamente enraizada na geopolítica do Médio Oriente.

A literatura histórica contemporânea sublinha que a questão dos refugiados palestinos constitui um dos elementos centrais — e não resolvidos — do conflito Israel–Palestina, atravessando sucessivas fases de guerra, ocupação, negociações diplomáticas falhadas e ciclos recorrentes de violência (Khalidi, 2020). Rashid Khalidi caracteriza esta condição como parte integrante de um processo histórico prolongado de colonialismo de povoamento, no qual o deslocamento forçado da população civil assume uma dimensão estrutural e não meramente colateral (Khalidi, 2020). Esta leitura é complementada por autores como Ilan Pappé, que enfatizam a dimensão sistemática da limpeza étnica no momento fundador do conflito, e por historiadores israelitas mais revisionistas, como Benny Morris, que, embora divergindo na interpretação política, reconhecem a escala e a centralidade do deslocamento de 1948.

Esta especificidade manifesta-se igualmente no plano institucional. Desde 1949, a população refugiada palestina é acompanhada por uma agência própria das Nações Unidas — a United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East (UNRWA) — criada para responder a uma situação que, ao longo das décadas, se consolidou como uma das crises de deslocação forçada mais prolongadas do mundo contemporâneo. A existência de um regime institucional distinto, separado do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), reflete não apenas a singularidade jurídica da condição refugiada palestina, mas também a sua natureza politicamente sensível e historicamente bloqueada no sistema internacional. De acordo com os dados mais recentes da UNRWA, mais de 5,9 milhões de

palestinos encontram-se registados como refugiados, concentrando-se sobretudo na Faixa de Gaza, Cisjordânia, Jordânia, Líbano e Síria (UNRWA, 2024).

A Faixa de Gaza assume um lugar particularmente crítico neste quadro. Com uma das mais elevadas densidades populacionais do mundo e sujeita, desde 2007, a um regime prolongado de bloqueio terrestre, marítimo e aéreo, Gaza tornou-se um território marcado por uma vulnerabilidade humanitária crónica, onde a condição refugiada se articula com restrições severas à mobilidade, ao acesso a recursos essenciais e à salvaguarda de direitos fundamentais. Gaza tem sido descrita como um espaço de vulnerabilidade humanitária crónica e confinamento prolongado, no qual a vida civil se encontra estruturalmente condicionada por lógicas securitárias e militares (Fassin, 2012; OCHA, 2025).

A escalada de violência iniciada em outubro de 2023 agravou drasticamente esta realidade, desencadeando deslocamentos internos em massa, destruição sistemática de infraestruturas civis e um colapso acentuado das condições de vida da população. Jornalistas especializados na região, como Henrique Cymerman (2025), têm sublinhado que, no contexto atual, Gaza concentra simultaneamente várias camadas históricas do conflito: território ocupado, espaço de bloqueio prolongado e lugar de refúgio forçado para populações que já eram, em larga medida, descendentes de refugiados de 1948. Esta sobreposição de estatutos — refugiado, deslocado interno e civil em zona de guerra — contribui para uma complexificação extrema da leitura mediática e política da crise humanitária.

Neste contexto, a distinção entre refugiados palestinos e populações palestinas deslocadas internamente torna-se particularmente complexa e, em muitos casos, difusa. A própria UNRWA reconhece que, na Faixa de Gaza, uma parte significativa da população deslocada internamente durante os sucessivos ciclos de violência corresponde a refugiados registados ou seus descendentes, cuja condição jurídica se articula com deslocações reiteradas no mesmo território. Por essa razão, no presente estudo, o termo “refugiados palestinos” é utilizado de forma analítica e abrangente, integrando tanto os refugiados registados junto da UNRWA como as populações deslocadas internamente na Faixa de Gaza em consequência da guerra, sempre que estas são representadas mediaticamente enquanto figuras do deslocamento forçado e do sofrimento civil. Esta opção não pretende colapsar categorias jurídicas distintas, mas refletir a forma como o próprio discurso noticioso tende a representar estas populações sob a figura mediática do deslocamento forçado.

2.2. Jornalismo televisivo, guerra e direitos humanos

O jornalismo televisivo ocupa uma posição singular na mediação dos conflitos armados, ao articular narrativa verbal, imagem em movimento e lógicas específicas de produção noticiosa e gestão da emoção. Esta combinação confere à televisão um papel central na construção de regimes de visibilidade e inteligibilidade do sofrimento humano, tornando a guerra experienciável à distância e estruturando formas socialmente partilhadas de perceção moral do conflito (Cottle, 2006; Hoskins & O’Loughlin, 2010). Em contextos de violência armada, o jornalismo televisivo não se limita a informar acontecimentos, mas participa ativamente na definição de enquadramentos morais do sofrimento, contribuindo para legitimar determinadas leituras da dor, da responsabilidade e da vitimização, enquanto outras permanecem periféricas ou invisibilizadas (Boltanski, 1999; Chouliaraki, 2006).

A literatura sobre cobertura mediática da guerra demonstra que estas escolhas não são neutras. A seleção de testemunhos, a hierarquização das fontes, a organização narrativa das reportagens e o recurso a

determinados tipos de imagem produzem hierarquias de visibilidade nas quais algumas vítimas são individualizadas, contextualizadas e humanizadas, enquanto outras surgem de forma abstrata, estatística ou silenciosa (Silverstone, 2007; Chouliaraki & Stolic, 2017). Estudos recentes sobre a cobertura do conflito Israel–Hamás nos média norte-americanos evidenciam como diferentes enquadramentos — securitário, humanitário ou moral — condicionam a interpretação pública da guerra, influenciando tanto a empatia gerada como a atribuição de responsabilidade política e ética (Park & Oliullah, 2025).

Em particular, a investigação empírica de Park e Oliullah (2025) demonstra que o predomínio de frames securitários tende a legitimar a violência como resposta defensiva necessária, enquanto os enquadramentos humanitários e de responsabilidade moral favorecem a visibilidade do sofrimento civil e das violações de direitos humanos, ainda que frequentemente dissociadas de uma contextualização estrutural do conflito. Esta tensão entre visibilidade humanitária e despolitização do sofrimento é recorrente na cobertura televisiva de guerras contemporâneas, sobretudo quando a atenção mediática privilegia imagens de dor sem um enquadramento histórico e jurídico consistente.

A análise crítica do discurso aplicada à cobertura da guerra em Gaza sublinha igualmente o papel central da linguagem jornalística na construção de assimetrias simbólicas entre atores do conflito. Estudos baseados em análise crítica do discurso e framing retórico revelam padrões sistemáticos de dependência de fontes oficiais, restrições editoriais no uso de determinados conceitos jurídicos — como “ocupação”, “limpeza étnica” ou “genocídio” — e uma distribuição desigual de voz entre israelitas e palestinos, contribuindo para formas subtis de exclusão discursiva das populações civis palestinas enquanto sujeitos políticos e de direitos (De Moraes, 2024). Estas práticas discursivas reforçam uma cobertura centrada na ação militar e na diplomacia internacional, em detrimento da explicitação das condições estruturais que produzem o sofrimento humanitário.

No contexto específico do conflito Israel–Palestina, diversos autores sublinham que a cobertura mediática tende a oscilar entre enquadramentos simplificados — frequentemente dicotômicos — e tentativas pontuais de complexificação narrativa, sendo estas últimas condicionadas por constrangimentos políticos, institucionais e profissionais que afetam o trabalho jornalístico em zonas de conflito (Baldin & Ramos, 2023). A dependência de fontes oficiais, a limitação do acesso ao terreno e a pressão securitária sobre jornalistas contribuem para uma reprodução reiterada de narrativas dominantes, dificultando a emergência de leituras centradas nos direitos humanos enquanto quadro interpretativo estruturante.

Neste sentido, a representação mediática dos refugiados e das populações deslocadas encontra-se intrinsecamente ligada à forma como os direitos humanos são tornados visíveis, enquadrados ou silenciados no espaço público. As escolhas discursivas e visuais do jornalismo televisivo podem reforçar uma empatia despolitizada — centrada na compaixão momentânea — ou, alternativamente, favorecer uma compreensão mais contextualizada das violações de direitos fundamentais associadas à guerra e à deslocação forçada (Fassin, 2012; Philo & Berry, 2011). É nesta tensão entre emoção, visibilidade e responsabilidade que se inscreve o papel ético e simbólico do jornalismo televisivo na cobertura de conflitos armados contemporâneos.

2.3. *Framing*, discurso e visualidade

O conceito de framing constitui um instrumento central para compreender os mecanismos através dos quais os média organizam e tornam inteligíveis acontecimentos complexos, selecionando, hierarquizando e

salientando determinados aspetos da realidade em detrimento de outros. Na formulação clássica de Entman (1993), os enquadramentos noticiosos operam através de quatro funções interligadas: definição do problema, identificação de causas, avaliação moral e orientação para a resposta ou ação. Em contextos de conflito armado, estes processos assumem particular relevância, uma vez que contribuem para a atribuição de responsabilidade política, a legitimação de determinadas ações e a construção simbólica das figuras de vítima, agressor ou espectador distante. Neste sentido, o framing não constitui apenas um mecanismo de seleção temática, mas um princípio estruturante da produção noticiosa, que atravessa as diferentes dimensões discursivas e visuais do jornalismo.

No jornalismo de guerra, o framing não atua apenas ao nível temático, mas estrutura a própria lógica narrativa da notícia, condicionando o modo como os acontecimentos são explicados, contextualizados e moralmente avaliados. Enquadramentos securitários, humanitários ou jurídico/direitos humanos produzem leituras distintas do mesmo acontecimento, orientando a atenção pública ora para a ameaça e a defesa, ora para o sofrimento civil, ora para a violação de normas internacionais. Estes enquadramentos não são mutuamente exclusivos, mas tendem a organizar-se hierarquicamente, conferindo maior ou menor centralidade a determinados atores, temporalidades e dimensões do conflito.

Em articulação com esta perspetiva, a análise crítica do discurso oferece ferramentas conceptuais para examinar a dimensão ideológica subjacente à cobertura mediática, permitindo identificar como relações de poder, assimetrias simbólicas e desigualdades estruturais se inscrevem na linguagem jornalística (Fairclough, 1995; van Dijk, 1998). Através da análise das escolhas lexicais, da voz ativa ou passiva, da agência atribuída aos diferentes atores e da presença diferencial de fontes institucionais e testemunhos civis, a análise crítica do discurso possibilita compreender de que modo o discurso noticioso contribui para processos de inclusão, marginalização ou silenciamento simbólico.

No caso específico dos conflitos armados e das crises humanitárias, estas escolhas discursivas assumem um peso acrescido, uma vez que a visibilidade mediática do sofrimento não depende apenas da sua apresentação factual, mas das formas narrativas e dos enquadramentos políticos que estruturam a sua inteligibilidade. A predominância de fontes oficiais, a mediação da voz das populações afetadas e a recorrência de formulações abstratas ou estatísticas podem contribuir para uma representação distanciada da condição refugiada, mesmo quando o sofrimento é amplamente visível.

No jornalismo televisivo, esta dimensão discursiva articula-se indissociavelmente com a visualidade. A imagem em movimento não funciona como mero complemento ilustrativo do texto verbal, mas como um elemento constitutivo do discurso jornalístico, dotado de capacidade própria de significação (Chouliaraki, 2006; Silverstone, 2007). Tipos de plano, enquadramentos, proximidade ou distância corporal, repetição de imagens e seleção de motivos visuais recorrentes — como ruínas, multidões, crianças ou corpos feridos — participam ativamente na construção de sentidos sobre o conflito, influenciando a perceção pública da urgência, da empatia e da responsabilidade moral.

A articulação entre framing, discurso e visualidade permite, assim, compreender o jornalismo televisivo como uma prática discursiva multimodal, na qual palavras e imagens cooperam na produção de regimes de visibilidade e de reconhecimento do sofrimento e dos direitos humanos. Esta abordagem integrada revela-se particularmente pertinente para analisar a representação mediática dos refugiados palestinianos, na medida em que torna possível observar não apenas o que é mostrado, mas como é mostrado, quem é

autorizado a falar e em que condições o sofrimento é enquadrado como problema humanitário, questão política ou violação de direitos fundamentais.

3. Dispositivo analítico

3.1. Corpus

O corpus é constituído por 20 reportagens televisivas emitidas nos principais blocos informativos da RTP1 (Jornal da Tarde e Telejornal) e da SIC (Primeiro Jornal e Jornal da Noite). As peças foram selecionadas com base em momentos de maior intensidade da cobertura mediática do conflito Israel–Palestina e da situação humanitária na Faixa de Gaza, distribuindo-se por diferentes datas entre outubro de 2023 e outubro de 2025.

A definição do corpus assenta numa lógica de amostragem intencional, orientada para a identificação de períodos de elevada densidade mediática, associados a desenvolvimentos relevantes no plano militar, político e jurídico-internacional do conflito, bem como a momentos de particular visibilidade pública da crise humanitária. Estes momentos configuram janelas analíticas privilegiadas, permitindo observar variações nos enquadramentos noticiosos, nas estruturas narrativas, nas fontes de informação e no grau de humanização da representação mobilizados pelo jornalismo televisivo.

Tratando-se de uma investigação qualitativa de natureza interpretativa, a dimensão do corpus não foi definida por critérios de representatividade estatística, mas pela sua capacidade de responder à questão de investigação. A seleção de 20 reportagens revelou-se suficiente para assegurar diversidade de enquadramentos e uma análise aprofundada das quatro dimensões em estudo, permitindo identificar padrões discursivos e narrativos recorrentes na representação dos refugiados palestinianos. O corpus foi constituído de forma equilibrada entre a RTP1 e a SIC, com igual número de reportagens por canal, procurando-se, sempre que possível, selecionar peças emitidas em momentos temporalmente próximos e relativas a acontecimentos de natureza semelhante, de modo a permitir a comparabilidade entre os dois operadores televisivos.

Foram incluídas reportagens que cumpriam cumulativamente os seguintes critérios: (i) referência explícita a refugiados palestinianos, a deslocações forçadas da população civil ou à crise humanitária na Faixa de Gaza; (ii) formato de reportagem, entendido como peça jornalística autónoma com desenvolvimento narrativo próprio, incluindo reportagens no terreno ou peças de estúdio com contextualização analítica; (iii) relevância para a análise da representação do sofrimento e dos direitos humanos em contexto de guerra, nomeadamente no que respeita à proteção de civis e à visibilidade mediática das populações deslocadas.

As reportagens foram identificadas através da consulta aos arquivos audiovisuais online dos respetivos canais televisivos, complementada, no caso da SIC, com o apoio da Produção de Informação. Importa referir que, no caso da SIC, embora as peças se encontrem disponibilizadas no site da SIC Notícias em formato vídeo autónomo, correspondem a reportagens originalmente emitidas nos blocos informativos Primeiro Jornal e Jornal da Noite.

Todas as reportagens analisadas foram sistematicamente catalogadas e identificadas através de um código (ID), com indicação do canal, programa, data de emissão, descrição sintética do conteúdo e respetivo

timecode, quando aplicável. Nos casos em que a peça está disponível apenas em formato de vídeo autónomo, sem inserção identificável num bloco informativo mais alargado, o timecode é assinalado como n.a. Este procedimento assegura a rastreabilidade do corpus e permite a referência precisa às peças ao longo da análise. A tabela 1 apresenta a caracterização detalhada das reportagens incluídas no estudo.

Tabela 1: Caracterização do corpus

ID	Canal	Programa	Data	Descrição	Timecode
R1	RTP	Telejornal	16/10/23	Deslocação massiva de civis para o sul da Faixa de Gaza, com concentração em abrigos da ONU.	00:38 – 02:28
R2	RTP	Telejornal	29/10/23	Agravamento da crise humanitária em Gaza, com escassez de bens essenciais.	00:41 – 03:44
R3	RTP	Telejornal	01/11/23	Bombardamento no campo de refugiados de Jabalia, com elevado número de mortos e feridos.	07:36 – 10:28
R4	RTP	Telejornal	25/12/23	Impacto prolongado da guerra na população civil em Gaza, com degradação das condições de vida.	00:34 – 02:42
R5	RTP	Telejornal	07/04/24	Ataque a campo de refugiados em Khan Younis, com vítimas mortais e destruição de áreas habitadas.	22:43 – 25:29
R6	RTP	Jornal da Tarde	10/07/24	Controvérsia em torno da UNRWA e debate internacional sobre o seu papel no apoio à população palestina.	n.a.
R7	RTP	Telejornal	13/07/24	Entrada limitada de ajuda humanitária em Gaza através da fronteira de Rafah, face a necessidades crescentes.	00:43 – 03:32
R8	RTP	Telejornal	17/05/25	Operações militares na Cisjordânia e deslocação forçada de população em campos de refugiados.	n.a.
R9	RTP	Telejornal	20/06/25	Novo bombardeamento em área de deslocados, com impacto sobre civis em zonas de abrigo.	15:15 – 17:52
R10	RTP	Telejornal	11/10/25	Regresso de população civil a áreas destruídas em Gaza, em contexto de elevada precariedade.	07:57 – 09:23
S1	SIC	Primeiro Jornal	15/10/23	Deslocação em larga escala de civis na Faixa de Gaza, com aumento das necessidades humanitárias.	n.a.
S2	SIC	Primeiro Jornal	22/10/23	Concentração de população deslocada na fronteira de Rafah e constrangimentos à saída de civis.	n.a.
S3	SIC	Primeiro	29/10/23	Agravamento da situação	n.a.

ID	Canal	Programa	Data	Descrição	Timecode
		Jornal		humanitária em Gaza, com elevado número de vítimas civis.	
S4	SIC	Primeiro Jornal	04/11/23	Ataque a campo de refugiados com aumento do número de mortos após operações de resgate.	n.a.
S5	SIC	Jornal da Noite	25/12/23	Ataque a campo de refugiados em Gaza com mais de 100 mortos, entre os episódios mais letais do conflito.	n.a.
S6	SIC	Primeiro Jornal	02/02/24	Apoio internacional à população palestina e controvérsia em torno da atuação da UNRWA.	n.a.
S7	SIC	Jornal da Noite	07/04/24	Balanço de seis meses de guerra em Gaza a partir de reportagem no terreno.	n.a.
S8	SIC	Primeiro Jornal	13/07/24	Ataque a campo de deslocados em Khan Younis.	n.a.
S9	SIC	Primeiro Jornal	23/02/25	Deslocação forçada de população na Cisjordânia e restrições ao regresso a campos de refugiados.	n.a.
S10	SIC	Primeiro Jornal	12/10/25	Retoma parcial da vida quotidiana em Gaza em contexto de destruição e instabilidade persistente.	n.a.

Fonte: Elaboração própria.

3.2. Dimensões de análise

As dimensões de análise adotadas neste estudo ancoram-se em contributos consolidados no campo do framing, da análise crítica do discurso e dos estudos sobre média, conflito e representação do sofrimento, sendo operacionalizadas de forma integrada e ajustadas à especificidade do jornalismo televisivo. A grelha analítica constitui, assim, uma proposta própria, construída a partir do modelo funcional de enquadramento noticioso de Entman (1993), dos contributos da análise crítica do discurso de van Dijk (1998, 2008) e Fairclough (1995), e da literatura sobre mediação do sofrimento, conflito armado e representação de populações vulneráveis (Chouliaraki, 2006; Cottle, 2006; Philo & Berry, 2011). Esta operacionalização incorpora ainda contributos recentes sobre framing em ambientes multimodais e visualidade noticiosa (Geise & Xu, 2025; Bateman & Tseng, 2023), bem como sobre a cobertura mediática contemporânea de refugiados (Hoffmann & Hameleers, 2024; van Dijk, 2008; López-Rabadán, 2021).

A análise organiza-se em quatro dimensões principais — enquadramento noticioso, estrutura narrativa, fontes de informação e grau de humanização da representação — aplicadas de forma sistemática a todas as reportagens do corpus. Esta organização permite uma leitura comparativa entre canais e momentos temporais, bem como a identificação de padrões recorrentes na construção mediática do sofrimento e das condições de reconhecimento dos refugiados palestinianos.

3.2.1 Enquadramento noticioso (framing)

Inspirada no modelo funcional de framing proposto por Entman (1993), esta dimensão visa identificar o enquadramento interpretativo dominante através do qual cada reportagem define o problema, sugere causalidades, formula avaliações morais e orienta a interpretação do acontecimento.

As categorias analíticas mobilizadas resultam de uma operacionalização própria, teoricamente informada e empiricamente ajustada ao objeto de estudo, construída a partir do diálogo entre a literatura sobre framing e investigação empírica dedicada à cobertura mediática de conflitos armados, crises humanitárias e migrações forçadas. Estudos neste domínio têm identificado a recorrência de enquadramentos centrados nas dimensões humanitária, securitária, política ou jurídica, ainda que sob designações e sistematizações diversas (Entman, 1993; Cottle, 2006; Chouliaraki, 2006; Philo & Berry, 2011; López-Rabadán, 2021; Hoffmann & Hameleers, 2024).

Partindo deste enquadramento teórico, e após uma leitura exploratória do corpus com vista a aferir a adequação analítica das categorias ao material empírico, foram definidos seis enquadramentos operatórios: (i) humanitário; (ii) político-diplomático; (iii) securitário-militar; (iv) jurídico/direitos humanos; (v) histórico-identitário; e (vi) religioso-cultural.

Para efeitos analíticos, estas categorias foram operacionalizadas da seguinte forma: o enquadramento humanitário privilegia as consequências humanas do conflito, enfatizando sofrimento civil, deslocação forçada, escassez de recursos, morte ou sobrevivência; o enquadramento político-diplomático centra-se em negociações, posicionamentos institucionais, declarações oficiais e dinâmicas de relação entre atores políticos; o enquadramento securitário-militar enfatiza operações militares, estratégias de combate, ameaças à segurança e desenvolvimento do conflito no plano bélico; o enquadramento jurídico/direitos humanos mobiliza referências ao direito internacional, à legalidade das ações e à proteção de civis e populações vulneráveis; o enquadramento histórico-identitário introduz elementos de contextualização histórica, memória coletiva ou construção identitária dos atores envolvidos; e o enquadramento religioso-cultural convoca dimensões simbólicas, religiosas ou culturais relevantes para a interpretação do conflito.

Em cada reportagem foi identificado um enquadramento dominante, definido como aquele que organiza prioritariamente a interpretação do acontecimento. Sempre que a estrutura discursiva e narrativa o justificava, foi igualmente assinalado um enquadramento secundário, permitindo captar a coexistência e articulação de diferentes lógicas interpretativas.

3.2.2 Estrutura narrativa

Esta dimensão integra duas subvariáveis analíticas complementares, que permitem captar não apenas a forma como a narrativa é estruturada, mas também os modos de representação dos sujeitos no interior dessa estrutura. A sua definição inspira-se nos contributos que reconhecem a narrativa jornalística como um elemento central na produção de sentido na cobertura mediática de conflitos e crises humanitárias (Cottle, 2006; Philo & Berry, 2011).

A primeira subvariável incide sobre o tipo de narrativa dominante através da qual os refugiados palestinianos são posicionados no desenvolvimento da história, distinguindo-se, para efeitos analíticos, quatro

modalidades narrativas recorrentes: (i) vitimização e sobrevivência; (ii) ameaça ou risco; (iii) resiliência ou resistência; e (iv) abstração estatística.

Para efeitos analíticos, estas categorias foram operacionalizadas da seguinte forma: a narrativa de vitimização e sobrevivência enfatiza o sofrimento, a vulnerabilidade e as estratégias de subsistência dos sujeitos, centrando-se nas consequências diretas do conflito; a narrativa de ameaça ou risco representa os refugiados ou o contexto associado como fonte de instabilidade, insegurança ou pressão sobre sistemas sociais e políticos; a narrativa de resiliência ou resistência destaca a capacidade de adaptação, agência e resposta ativa dos sujeitos face às condições adversas; e a narrativa de abstração estatística tende a representar as populações deslocadas de forma agregada, através de números, fluxos ou categorias indistintas, reduzindo a individualização dos sujeitos.

Estas categorias correspondem a uma operacionalização analítica construída para este estudo, orientada para a identificação de padrões recorrentes de representação simbólica das populações deslocadas no discurso jornalístico.

A segunda subvariável refere-se à lógica de construção da notícia, distinguindo entre narrativas episódicas e narrativas temáticas, com o objetivo de avaliar o grau de contextualização estrutural do fenómeno. Amplamente mobilizada nos estudos sobre jornalismo televisivo, esta distinção assenta na tipologia proposta por Iyengar (1991), segundo a qual os enquadramentos episódicos tendem a centrar-se em acontecimentos particulares ou histórias individuais, frequentemente apresentados de forma descontextualizada, enquanto os enquadramentos temáticos privilegiam a explicação de processos, causalidades e dinâmicas de longo prazo.

Embora estas categorias não sejam necessariamente excludentes — podendo coexistir na mesma peça jornalística — foi identificado, em cada reportagem, o modo de estruturação predominante, atendendo à forma como a narrativa organiza a interpretação do acontecimento. Esta distinção revela-se particularmente relevante, uma vez que diferentes modos de estruturação narrativa tendem a produzir efeitos cognitivos distintos na interpretação pública dos acontecimentos: enquanto os enquadramentos episódicos favorecem leituras individualizadas e potencialmente descontextualizadas do sofrimento, os enquadramentos temáticos promovem uma compreensão mais estrutural das dinâmicas sociais e políticas subjacentes (Iyengar, 1991).

3.2.3 Fontes de informação

Ancorada na análise crítica do discurso (van Dijk, 1998; Fairclough, 1995), esta dimensão examina os atores sociais mobilizados na cobertura noticiosa e o modo como a sua presença contribui para a construção da interpretação dos acontecimentos. Mais do que identificar quem fala, procura-se compreender quem detém autoridade discursiva para enquadrar e fixar o significado do acontecimento no discurso jornalístico.

Foram identificados os principais tipos de fonte mobilizados em cada reportagem e determinada a fonte dominante, com base na sua centralidade narrativa e capacidade de estruturação interpretativa. Para efeitos analíticos, consideraram-se as seguintes categorias de fontes: (i) jornalista/voz editorial; (ii) civis palestinianos; (iii) autoridades israelitas; (iv) autoridades palestinianas; (v) organizações internacionais humanitárias; (vi) organizações internacionais não humanitárias; e (vii) especialistas.

Para efeitos analíticos, estas categorias foram operacionalizadas da seguinte forma: a categoria jornalista/voz editorial corresponde a momentos em que o jornalista assume diretamente a construção

interpretativa do acontecimento, através de narração, contextualização ou avaliação; civis palestinianos incluem testemunhos de indivíduos afetados pelo conflito, apresentados como protagonistas ou fontes de experiência direta; as autoridades israelitas e autoridades palestinianas referem-se a representantes institucionais com capacidade formal de enunciação política; as organizações internacionais humanitárias incluem entidades com intervenção direta na assistência e proteção de populações (como agências da ONU ou ONG humanitárias), enquanto as organizações internacionais não humanitárias correspondem a instituições de natureza política, diplomática ou multilateral; por fim, os especialistas dizem respeito a analistas, académicos ou comentadores convocados para interpretar o conflito.

Estas categorias foram definidas no âmbito do presente estudo, com base em contributos teóricos relevantes e ajustadas às especificidades do material empírico analisado.

Estas categorias permitem analisar não apenas a diversidade de atores presentes, mas também as hierarquias de legitimidade discursiva que estruturam a narrativa noticiosa, evidenciando quais as vozes privilegiadas na definição do problema, na atribuição de responsabilidades e na interpretação do conflito.

Analisou-se ainda a presença ou ausência de voz palestiniana direta, bem como o grau de mediação dessa voz, entendido como a forma como os testemunhos são integrados no discurso jornalístico — diretamente, através de fala própria, ou indiretamente, através da mediação do jornalista ou de outras fontes. Este indicador permite avaliar os processos de visibilidade, inclusão ou silenciamento simbólico das populações afetadas no discurso mediático.

3.2.4 Grau de humanização da representação

Inspirada nos estudos sobre mediação do sofrimento e processos de humanização mediática (Boltanski, 1999; Chouliaraki, 2006; Chouliaraki & Stolic, 2017), esta dimensão avalia o modo como os refugiados palestinianos são representados enquanto sujeitos individualizados, dotados de identidade, voz e história, ou enquanto figuras abstratas e indistintas no discurso jornalístico.

Para a sua operacionalização, foram considerados os seguintes indicadores: (i) identificação de protagonistas; (ii) presença de voz direta; (iii) contextualização biográfica mínima; (iv) explicitação das condições de vida; e (v) projeção temporal das histórias. Para efeitos analíticos, a identificação de protagonistas corresponde à presença de sujeitos individualizados e reconhecíveis; a voz direta refere-se à inclusão de fala própria dos intervenientes; a contextualização biográfica mínima implica a atribuição de elementos que situem o sujeito (nome, idade, contexto familiar ou trajetória); a explicitação das condições de vida diz respeito à descrição concreta das circunstâncias materiais de existência; e a projeção temporal corresponde à inscrição das histórias em horizontes de passado, presente ou futuro.

Estes indicadores permitem captar diferentes níveis de densidade narrativa e de reconhecimento mediático, observando em que medida o sofrimento é inscrito em trajetórias individuais ou apresentado de forma genérica e despersonalizada.

Com base na articulação sistemática destes indicadores, procedeu-se à avaliação do grau de humanização da representação em cada reportagem, através de uma escala tripartida — baixo, médio e alto — construída para efeitos analíticos no âmbito deste estudo.

Considerou-se um grau de humanização alto quando as reportagens apresentavam indivíduos identificáveis, com presença de voz direta, inseridos em histórias pessoais minimamente contextualizadas, frequentemente acompanhadas de elementos emocionais e projeção temporal. O grau médio corresponde a situações em que existe visibilidade de sujeitos humanos — nomeadamente através de imagem ou testemunho —, mas sem aprofundamento biográfico significativo ou desenvolvimento narrativo consistente. Por fim, o grau baixo foi atribuído a reportagens em que predomina uma representação abstrata das populações, centrada em números, massas indistintas ou descrições generalistas, sem individualização dos sujeitos ou acesso à sua experiência vivida.

Importa sublinhar que esta escala não pretende estabelecer uma medição objetiva ou exaustiva da humanização, mas antes constituir um instrumento interpretativo orientado para a identificação de padrões recorrentes de representação. Trata-se, assim, de uma operacionalização assumidamente situada e interpretativa que, ao articular critérios analíticos explícitos com uma leitura qualitativa do corpus, permite conferir consistência e comparabilidade interna à análise, sem anular a complexidade inerente aos processos de mediação do sofrimento.

3.3. Procedimentos analíticos

Os procedimentos analíticos adotados neste estudo inscrevem-se numa abordagem qualitativa sistemática, articulando contributos da teoria do framing, da análise crítica do discurso e da análise narrativa aplicada ao jornalismo televisivo. O processo foi concebido de modo a assegurar coerência entre o enquadramento teórico, as dimensões de análise definidas e a interpretação do material empírico, privilegiando a transparência, a consistência interna e a rastreabilidade das decisões analíticas.

Numa primeira fase, procedeu-se à visualização integral e repetida de todas as reportagens que integram o corpus, com o objetivo de garantir uma familiarização aprofundada com o material empírico. Durante esta etapa inicial, foram registadas informações contextuais básicas — canal, programa, data de emissão, duração, tema principal e enquadramento geral da peça — permitindo situar cada reportagem no respetivo momento noticioso e editorial.

Numa segunda fase, as reportagens foram submetidas a uma análise individual e sistemática, aplicando-se de forma consistente as quatro dimensões de análise previamente definidas: enquadramento noticioso, estrutura narrativa, fontes de informação e grau de humanização da representação. Cada reportagem foi considerada como unidade de análise autónoma, constituindo o nível de observação a partir do qual se aplicaram as diferentes dimensões analíticas. Em cada peça, procurou-se identificar o enquadramento dominante, a estrutura narrativa predominante, a fonte de informação dominante e o grau de humanização, com base nos critérios analíticos explicitados nas secções anteriores, atendendo à recorrência, centralidade e função interpretativa dos elementos observados na construção da narrativa. Sempre que pertinente, foram igualmente assinalados enquadramentos ou elementos secundários, desde que sustentados por evidência discursiva e narrativa observável.

Embora a visualidade não constitua uma dimensão analítica autónoma, a observação das imagens foi integrada como elemento complementar de contextualização interpretativa, sempre que contribuía para a compreensão dos enquadramentos, dos modos de estruturação narrativa, da configuração das fontes e do grau de humanização da representação.

Em articulação com este processo, foram produzidos registos analíticos por reportagem, destinados a documentar decisões interpretativas, ambiguidades identificadas no material empírico e articulações entre as diferentes dimensões de análise. Estes registos não tiveram como objetivo a produção de categorias emergentes, mas funcionaram como instrumento de controlo analítico, permitindo explicitar critérios de interpretação, reforçar a consistência na aplicação da grelha e aumentar a transparência do processo de análise, em consonância com práticas reconhecidas na investigação qualitativa em comunicação (Fairclough, 1995; Silverman, 2013).

Numa fase posterior, procedeu-se a uma análise transversal e comparativa dos dados, cruzando as quatro dimensões de análise entre canais (RTP1 e SIC) e entre diferentes períodos temporais. Esta etapa permitiu identificar padrões recorrentes, variações discursivas e diferenças editoriais na construção mediática do sofrimento e das condições de reconhecimento dos refugiados palestinianos.

Tratando-se de um estudo de natureza qualitativa e interpretativa, foram igualmente adotadas estratégias destinadas a reforçar a consistência analítica do processo, nomeadamente a reaplicação da grelha de análise a um subconjunto do corpus em momento distinto, com o objetivo de verificar a estabilidade interpretativa das categorias e reduzir a influência de leituras circunstanciais.

O processo analítico foi conduzido em diálogo contínuo com o enquadramento teórico, assegurando que as interpretações apresentadas decorrem de uma aplicação sistemática, reflexiva e teoricamente fundamentada dos instrumentos analíticos definidos para o estudo.

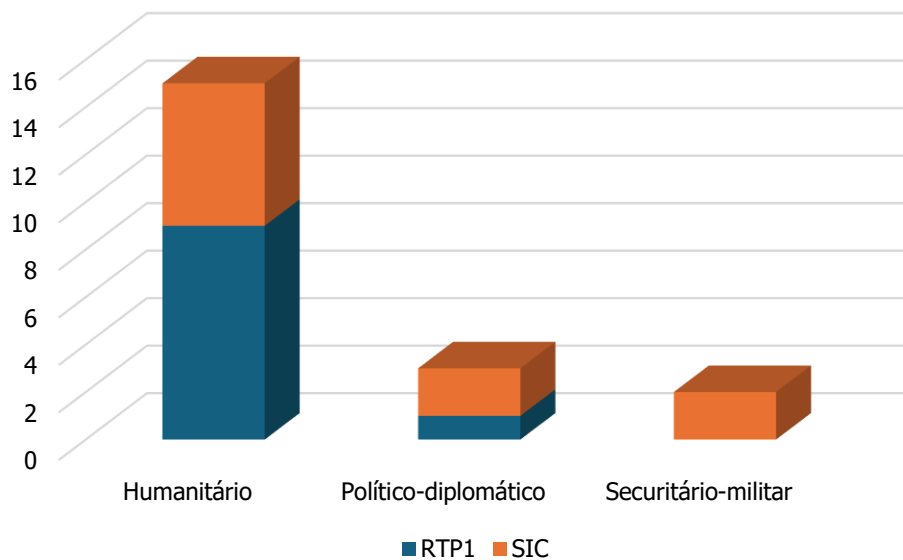
4. Resultados

4.1. Enquadramento noticioso

A análise do enquadramento noticioso dominante revela uma prevalência clara do enquadramento humanitário na representação mediática dos refugiados palestinianos, ainda que com diferenças entre os dois canais analisados.

Como se observa na Figura 1, a predominância do enquadramento humanitário é particularmente expressiva na RTP1, enquanto a SIC apresenta uma maior dispersão dos enquadramentos dominantes.

Figura 1: Enquadramentos dominantes (RTP1 e SIC)



Fonte: Elaboração própria.

Na RTP1, o enquadramento humanitário constitui o principal eixo interpretativo, surgindo como dominante em 9 das 10 reportagens do corpus (R1, R2, R3, R4, R5, R6, R8, R9, R10). Apenas uma peça apresenta um enquadramento político-diplomático como dominante (R7). Não se registam reportagens estruturadas prioritariamente por enquadramentos securitário-militar, jurídico/direitos humanos, histórico-identitário ou religioso-cultural.

De modo geral, as reportagens da RTP1 organizam-se em torno das consequências humanas do conflito, com destaque para a deslocação forçada, a destruição de habitações, a escassez de recursos e o impacto direto da guerra no quotidiano das populações civis. Em peças como R1 e R7, o sofrimento é apresentado através de descrições concretas e contextualizadas, favorecendo uma leitura centrada na experiência vivida.

Na SIC, o enquadramento humanitário mantém-se predominante, embora de forma menos homogênea, surgindo como dominante em 6 das 10 reportagens analisadas (S1, S2, S3, S4, S7, S10). Nas restantes peças, observam-se enquadramentos alternativos: duas reportagens apresentam um enquadramento securitário-militar dominante (S5 e S8) e outras duas um enquadramento político-diplomático (S6 e S9). Esta distribuição evidencia uma maior diversificação dos quadros interpretativos mobilizados pela SIC, com uma representação mais frequentemente articulada com desenvolvimentos militares e posicionamentos institucionais.

As restantes categorias analíticas consideradas — jurídico/direitos humanos, histórico-identitário e religioso-cultural — não surgem como enquadramento dominante em nenhuma das reportagens do corpus. A sua presença verifica-se apenas de forma pontual e subsidiária, funcionando como elemento complementar de contextualização, sem assumir um papel estruturante na organização interpretativa das peças em qualquer dos canais.

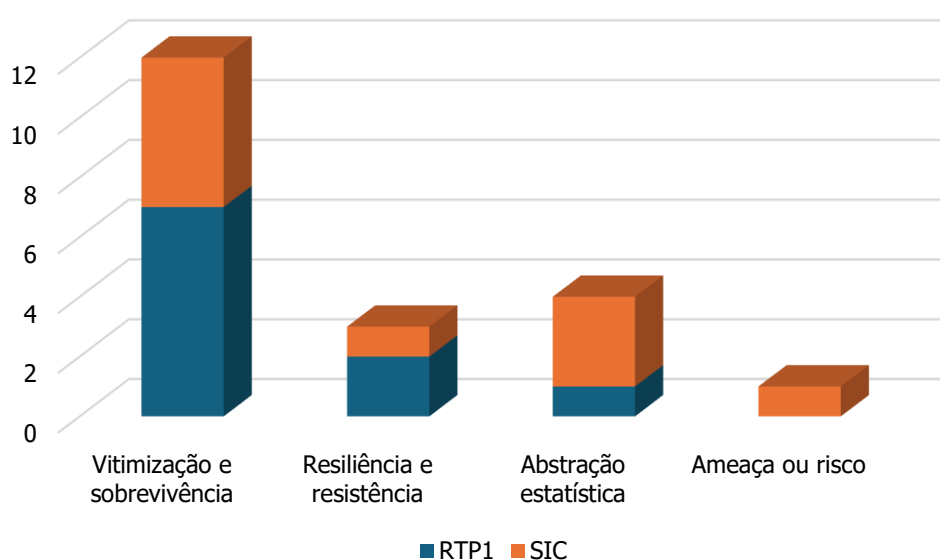
4.2. Estrutura narrativa

A análise da estrutura narrativa evidencia uma predominância de narrativas centradas na vitimização e sobrevivência das populações civis, embora com variações relevantes entre os dois canais no que respeita à distribuição das modalidades narrativas e à lógica de construção das peças.

Na RTP1, as narrativas de vitimização e sobrevivência constituem o padrão dominante, estando presentes em 7 das 10 reportagens analisadas (R1, R2, R3, R4, R5, R6 e R9). Estas peças tendem a organizar o relato em torno das consequências humanas do conflito, privilegiando histórias individuais ou familiares que permitem situar o sofrimento no plano da experiência concreta. Em articulação com este padrão, identificam-se ainda duas reportagens estruturadas em torno de uma lógica de resiliência ou resistência (R8 e R10), nas quais a ênfase recai sobre a capacidade de adaptação e continuidade da vida em contexto de adversidade. Por fim, uma reportagem (R7) apresenta uma narrativa de abstração estatística, centrada em dados agregados e na representação coletiva das populações deslocadas, com menor grau de individualização dos sujeitos.

Na SIC, observa-se igualmente a predominância de narrativas de vitimização e sobrevivência, embora com menor expressão relativa, estando presentes em 5 das 10 reportagens (S1, S4, S5, S7 e S8). Em paralelo, verifica-se uma maior diversificação das modalidades narrativas: três reportagens adotam uma lógica de abstração estatística (S2, S6 e S9), privilegiando a apresentação de dados agregados e dinâmicas coletivas; uma reportagem estrutura-se em torno de uma narrativa de resiliência (S10), evidenciando formas de continuidade e reorganização da vida quotidiana; e uma outra (S3) mobiliza uma narrativa de ameaça ou risco, associando a representação do contexto a dinâmicas de instabilidade e insegurança. A distribuição das modalidades narrativas encontra-se sintetizada na Figura 2.

Figura 2: tipos de narrativa dominantes (RTP1 e SIC)



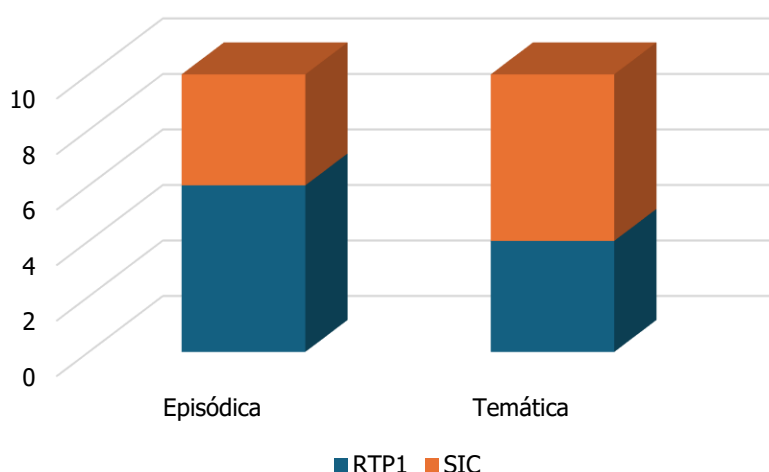
Fonte: Elaboração própria.

No que respeita à lógica de construção narrativa, os dados evidenciam diferenças mais marcadas entre os dois canais. Na RTP1, predomina uma lógica episódica, identificada em 6 das 10 reportagens (R1, R2, R3, R4, R6 e R7), centrada em acontecimentos específicos e frequentemente estruturada em torno de situações

concretas de sofrimento. As restantes 4 reportagens (R5, R8, R9 e R10) aproximam-se de um modelo temático, integrando elementos de contextualização que permitem enquadrar o conflito em dinâmicas mais amplas e estruturalmente ancoradas.

Na SIC, a distribuição entre as duas lógicas revela uma ligeira predominância de narrativas temáticas, com 4 reportagens de natureza predominantemente episódica (S1, S3, S5 e S8) e 6 reportagens de natureza temática (S2, S4, S6, S7, S9 e S10). Esta maior presença de narrativas temáticas traduz-se numa tendência mais frequente para integrar enquadramentos explicativos e contextuais, particularmente nas peças associadas a dinâmicas político-diplomáticas ou à evolução estratégica do conflito. A distribuição da lógica narrativa predominante encontra-se sintetizada na Figura 3.

Figura 3: Lógica narrativa predominante (RTP1 e SIC)



Fonte: Elaboração própria.

Em ambos os canais, observa-se a coexistência de estratégias narrativas que alternam entre a individualização do sofrimento — através da focalização em protagonistas identificáveis — e a sua representação em termos agregados, nomeadamente através de dados estatísticos ou imagens de deslocamentos em massa. Esta articulação contribui para uma configuração narrativa simultaneamente individualizante e abstratizante, na qual a proximidade emocional coexiste com formas de distanciamento simbólico.

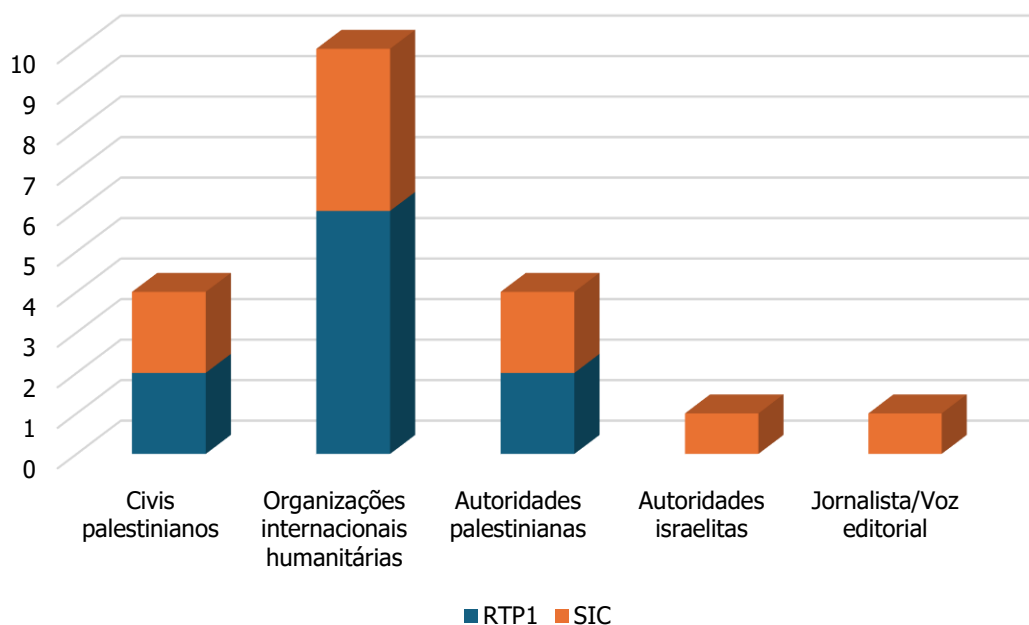
4.3. Fontes de informação

A identificação da fonte dominante revelou-se um processo analiticamente exigente, atendendo à natureza frequentemente polifónica das reportagens analisadas. Em muitos casos, as peças integram múltiplas vozes — institucionais, civis e jornalísticas — cuja presença não corresponde necessariamente à sua centralidade na estruturação do sentido. Neste contexto, a classificação da fonte dominante assentou na identificação do ator que organiza a interpretação do acontecimento, distinguindo-se da mera visibilidade ou presença de diferentes intervenientes no discurso.

Paralelamente, foi considerada a presença de voz palestiniana direta enquanto indicador complementar, permitindo analisar em que medida os civis são integrados na narrativa jornalística, quer como sujeitos de experiência, quer como elementos de concretização do sofrimento.

A Figura 4 apresenta a distribuição das fontes dominantes nas reportagens analisadas, permitindo observar as diferenças entre os dois canais.

Figura 4: Distribuição das fontes dominantes (RTP1 e SIC)



Fonte: Elaboração própria.

Na RTP1, observa-se uma configuração marcada por consistência na definição da fonte dominante. As organizações internacionais humanitárias assumem centralidade em 6 das 10 reportagens analisadas (R1, R2, R3, R5, R6 e R7), enquanto os civis palestinianos e as autoridades palestinianas surgem como fonte dominante em 2 reportagens cada (civis: R8 e R10; autoridades palestinianas: R4 e R9). Esta distribuição evidencia uma predominância de fontes com legitimidade institucional internacional na estruturação interpretativa das peças.

Simultaneamente, a voz palestiniana está presente em todas as reportagens da RTP1, assumindo um papel sistemático na construção narrativa. Os testemunhos diretos de civis são recorrentemente integrados, contribuindo para ancorar o discurso na experiência vivida e para individualizar os sujeitos representados. Esta presença é particularmente evidente na abertura da reportagem R3, quando Abdul afirma: "Perdi toda a minha família. Foram 15 pessoas. Eram inocentes e estavam apenas no acampamento. Que mal fizeram?" (R3). No entanto, esta presença não implica necessariamente centralidade discursiva. Apesar da força do testemunho, a interpretação do acontecimento permanece estruturada pela narração jornalística e pelas informações provenientes de organizações internacionais. Esta lógica mantém-se, inclusivamente, em momentos de balanço temporal do conflito: para assinalar os seis meses de guerra, a RTP1 recorre a uma reportagem de formato padrão, com duração aproximada de três minutos, estruturada a partir de dados e enquadramentos fornecidos por organizações internacionais humanitárias, mantendo a consistência do modelo observado no restante corpus.

Na SIC, a distribuição das fontes dominantes evidencia uma maior diversidade de configurações narrativas. As organizações internacionais humanitárias constituem a fonte dominante em 4 das 10 reportagens (S2, S3, S4 e S6), seguindo-se os civis palestinianos (2 reportagens: S1 e S10) e as autoridades palestinianas (2

reportagens: S5 e S8). Em apenas um caso a narrativa é predominantemente estruturada por autoridades israelitas (S9), sendo igualmente identificada uma reportagem em que a voz editorial do jornalista assume a centralidade interpretativa (S7).

A reportagem S7 constitui, neste contexto, um caso singular no corpus analisado. Com uma duração aproximada de 15 minutos — significativamente superior à média das restantes peças, situada em cerca de dois minutos —, esta reportagem assume um formato de relato alargado, integralmente narrado e estruturado pelo então correspondente da SIC, Henrique Cymerman, a propósito dos seis meses de guerra. Ao contrário do padrão dominante nas restantes reportagens, a construção do sentido assenta aqui na voz editorial do jornalista, que articula descrição factual, contextualização histórica e leitura interpretativa do conflito, concentrando numa única instância discursiva a definição do problema, a seleção dos acontecimentos relevantes e a sua interpretação.

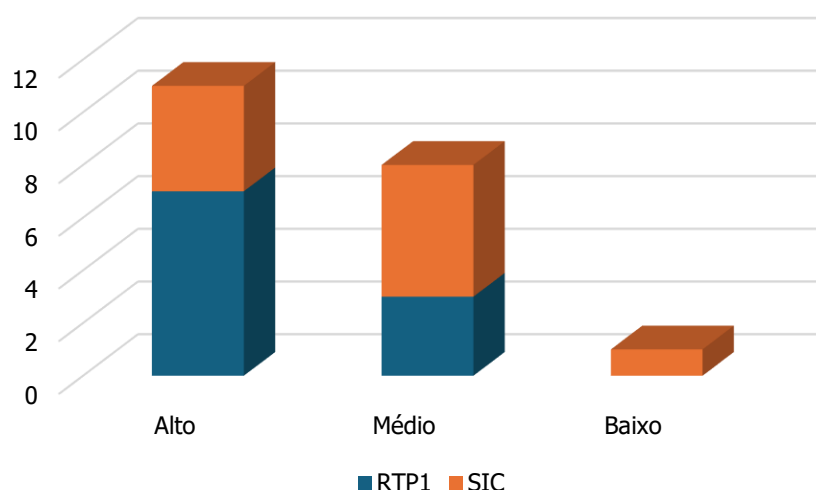
Apesar desta diversidade, verifica-se que a voz palestiniana está presente de forma marcada em 8 das 10 reportagens da SIC, através de testemunhos diretos que conferem densidade empírica à narrativa. Contudo, esta presença não se traduz necessariamente em centralidade discursiva: na maioria dos casos, os testemunhos surgem como elementos de ilustração e concretização do sofrimento, contribuindo para reforçar o impacto emocional da narrativa, mas sem determinar a estrutura interpretativa do acontecimento. Apenas nas reportagens S1 e S10 os civis palestinianos assumem uma posição dominante, organizando o desenvolvimento narrativo a partir da experiência vivida.

A comparação entre os dois canais evidencia, assim, uma distinção relevante entre presença discursiva e autoridade interpretativa. Enquanto a voz palestiniana é amplamente visível em ambos os contextos — sendo transversal à totalidade das reportagens da RTP1 e à maioria das da SIC —, a definição do significado do acontecimento permanece frequentemente ancorada em fontes institucionais, em particular organizações internacionais humanitárias. Esta configuração sugere a coexistência de uma lógica de humanização narrativa, sustentada pela presença de testemunhos, com uma estrutura interpretativa dominada por atores com maior legitimidade discursiva no espaço mediático.

4.4. Grau de humanização da representação

A análise do grau de humanização da representação evidencia uma tendência consistente para a construção de representações humanizadas das populações palestinianas, ainda que com diferenças relevantes entre os dois canais no que respeita à intensidade e regularidade dessa humanização. A distribuição global dos níveis de humanização no corpus encontra-se sintetizada na Figura 5.

Figura 5: Grau de humanização da representação (RTP1 e SIC)



Fonte: Elaboração própria.

Na RTP1, 7 das 10 reportagens analisadas (R1, R2, R3, R4, R5, R6 e R9) apresentam um elevado grau de humanização, caracterizado — de acordo com os indicadores definidos na grelha analítica — pela presença de protagonistas identificáveis, testemunhos em discurso direto e contextualização mínima das trajetórias individuais. Estas peças articulam de forma consistente os diferentes indicadores de humanização, contribuindo para a construção de narrativas que inscrevem o sofrimento em experiências individualizadas e reconhecíveis. A reportagem R9 constitui um exemplo particularmente elucidativo deste padrão de representação. A narrativa estrutura-se em torno da experiência de vítimas concretas, privilegiando a identificação dos sujeitos e o acesso direto às suas vivências após o ataque. Entre estas vítimas, destaca-se o relato de Rama, uma criança que, em lágrimas, descreve a perda da família: “Às 10 horas da noite bombardearam o sítio onde nós estávamos. Os meus pais morreram e o meu irmão mais novo também.” A construção da protagonista como sujeito identificável, a contextualização da sua experiência e o testemunho em discurso direto contribuem para inscrever uma realidade coletiva numa trajetória individual reconhecível, reforçando o elevado grau de humanização da representação.

As restantes 3 reportagens (R7, R8 e R10) apresentam um grau médio de humanização, mantendo visibilidade humana, mas com menor densidade narrativa ou menor desenvolvimento biográfico dos sujeitos representados. Não se registam casos de grau baixo de humanização na RTP1, o que revela uma orientação consistente para a representação individualizada do sofrimento.

Na SIC, observa-se uma distribuição mais heterogénea dos níveis de humanização. 4 das 10 reportagens (S1, S4, S5 e S7) apresentam um elevado grau de humanização, evidenciando a presença de protagonistas identificáveis e acesso direto à experiência vivida. Um exemplo paradigmático deste padrão encontra-se na reportagem S1, centrada na história de uma família palestina deslocada. A peça centra-se na história de Fadi Daloul, da sua esposa e dos seis filhos, que vivem agora numa tenda improvisada, após terem sido obrigados a abandonar o norte da Faixa de Gaza. Enquanto a narração contextualiza as circunstâncias da deslocação forçada e as condições precárias em que a família sobrevive, Fadi questiona, em discurso direto: “As crianças, para onde as devemos levar?” A articulação entre a identificação dos protagonistas, a contextualização da sua trajetória e o testemunho direto contribui para inscrever o sofrimento numa experiência individualizada, favorecendo um elevado grau de humanização da representação.

5 reportagens (S2, S3, S6, S8 e S10) situam-se num nível intermédio, caracterizado pela presença de sujeitos visíveis, mas com menor aprofundamento narrativo, identificação parcial ou integração mais pontual dos testemunhos no desenvolvimento da peça. Uma reportagem (S9) apresenta um grau baixo de humanização, marcada pela predominância de representações agregadas e mediadas institucionalmente, com ausência de protagonistas individualizados e de acesso direto à experiência vivida.

Esta distribuição evidencia uma maior variabilidade nos níveis de humanização na SIC, contrastando com a consistência observada na RTP1. Esta diferença está associada à maior presença, na SIC, de enquadramentos securitário-militares e político-diplomáticos, bem como de lógicas narrativas mais orientadas para o desenvolvimento factual e estratégico do conflito, que tendem a reduzir a centralidade da experiência individual na construção do relato.

A dimensão visual desempenha um papel central nos processos de humanização em ambos os canais, através da mobilização de estratégias como o recurso a planos próximos, a focalização em expressões emocionais e a representação de espaços quotidianos afetados pela guerra. Estas opções contribuem para inscrever o sofrimento em corpos, rostos e contextos reconhecíveis, favorecendo a proximidade simbólica com os sujeitos representados.

Contudo, observa-se igualmente a coexistência de estratégias de abstração visual, nomeadamente através do recurso a planos gerais que representam multidões deslocadas, fluxos populacionais ou paisagens urbanas destruídas. Esta alternância entre individualização e representação agregada produz uma configuração visual ambivalente, na qual a humanização do sofrimento coexiste com formas de distanciamento simbólico. Esta oscilação revela-se mais frequente na SIC, contribuindo para uma representação menos estável dos sujeitos enquanto indivíduos identificáveis e mais marcada pela tensão entre visibilidade e abstração.

4.5. Leitura transversal dos resultados

A análise articulada das diferentes dimensões permite identificar um padrão estruturante na representação mediática dos refugiados palestinianos, marcado pela centralidade do enquadramento humanitário e pela coexistência de lógicas distintas de visibilidade e de autoridade discursiva.

O enquadramento humanitário constitui o principal eixo organizador da narrativa em ambos os canais, estando presente como enquadramento dominante em 15 das 20 reportagens analisadas, com maior incidência na RTP1 (9 em 10 reportagens) do que na SIC (6 em 10 reportagens). Este enquadramento orienta a leitura do conflito para as suas consequências humanas, privilegiando a exposição do sofrimento, da perda e das condições de vida das populações civis.

Todavia, a análise das restantes dimensões revela que a visibilidade do sofrimento não se traduz automaticamente na sua centralidade interpretativa. A estrutura narrativa confirma a predominância de lógicas de vitimização e sobrevivência — mais expressiva na RTP1 (7 em 10 reportagens) do que na SIC (5 em 10) —, mas evidencia simultaneamente a presença de modalidades alternativas, sobretudo na SIC, onde surgem com maior frequência narrativas de abstração estatística e enquadramentos associados a dinâmicas político-diplomáticas e securitário-militares. Esta maior diversificação narrativa contribui para uma representação mais heterogénea do conflito, na qual a experiência individual coexiste com leituras de natureza estratégica e institucional.

A análise das fontes de informação introduz uma distinção particularmente relevante entre presença discursiva e autoridade interpretativa. Embora a voz palestina esteja amplamente presente — em todas as reportagens da RTP1 e em 8 das 10 da SIC —, a definição do sentido do acontecimento permanece maioritariamente ancorada em fontes institucionais, em particular organizações internacionais humanitárias, que assumem a posição dominante em 10 das 20 reportagens (6 na RTP1 e 4 na SIC). Os civis palestinos surgem como fonte dominante em apenas 4 reportagens (2 em cada canal), sendo mais frequentemente mobilizados como testemunhas da experiência vivida do que como instâncias estruturantes da interpretação do conflito.

Esta dissociação entre visibilidade e centralidade é igualmente visível na análise do grau de humanização. Na RTP1, observa-se uma maior consistência na construção de representações humanizadas, com 7 das 10 reportagens a apresentarem um elevado grau de humanização e ausência de casos de baixa humanização. Na SIC, pelo contrário, a distribuição é mais heterogênea, com apenas 4 reportagens de elevado grau de humanização, coexistindo com níveis médios e um caso de baixa humanização. Esta diferença sugere que a presença de enquadramentos alternativos e de fontes institucionais tende a reduzir a centralidade da experiência individual na construção do relato.

Em conjunto, os resultados indicam que o reconhecimento mediático do sofrimento não depende exclusivamente da sua visibilidade, mas das condições narrativas e discursivas que estruturam a sua representação. A centralidade atribuída às fontes, o tipo de enquadramento mobilizado, a lógica narrativa predominante e o grau de individualização dos sujeitos configuram, em articulação, diferentes regimes de inteligibilidade do sofrimento, nos quais a proximidade emocional coexiste com formas de mediação institucional e de distanciamento simbólico.

5. Discussão

Os resultados permitem compreender, com maior precisão, as condições mediáticas através das quais o sofrimento dos refugiados palestinos é construído, tornado visível e, sobretudo, reconhecível no jornalismo televisivo português. Mais do que confirmar tendências já descritas na literatura, estes dados mostram que a visibilidade do sofrimento é apenas o ponto de partida — não o seu ponto de chegada.

A predominância do enquadramento humanitário em ambos os canais, RTP1 e SIC, confirma o papel estruturante deste registo na mediação do sofrimento em contextos de guerra (Chouliaraki, 2006). Ao centrar a narrativa nas consequências humanas do conflito — deslocação, perda, precariedade — o jornalismo torna o sofrimento inteligível enquanto experiência concreta. Há corpos, há rostos, há histórias. E isso importa. É nesse plano que, como refere Boltanski (1999), se torna possível uma relação moral com o sofrimento distante.

Mas os resultados mostram também que tornar o sofrimento visível não é o mesmo que lhe atribuir centralidade interpretativa.

A presença recorrente de testemunhos diretos — transversal à totalidade das reportagens da RTP1 e à maioria das da SIC — poderia, à partida, sugerir uma deslocação da autoridade discursiva para os próprios sujeitos da experiência. No entanto, a análise das fontes de informação revela uma outra configuração: os

civis palestinos falam, mas raramente definem. A interpretação do acontecimento permanece, na maioria dos casos, ancorada em fontes institucionais, em particular organizações internacionais humanitárias.

Esta dissociação entre presença e autoridade é central. É aqui que a análise ganha densidade.

Os civis surgem como testemunhas — dão corpo ao sofrimento, tornam-no concreto e emocionalmente acessível —, mas não são, na maioria das vezes, aqueles que organizam o sentido do que está a acontecer. Há, portanto, uma divisão implícita entre quem vive e quem explica. Entre quem encarna o sofrimento e quem o enquadra.

Neste sentido, os resultados dialogam de forma particularmente clara com a noção de “condições de reconhecibilidade” proposta por Butler (2009). A visibilidade de uma vida não garante o seu reconhecimento. Para que uma vida seja plenamente reconhecível, não basta que seja vista — é necessário que seja enquadrada como inteligível, como significativa, como digna de ser compreendida. E essa inteligibilidade não depende apenas da presença da voz, mas da posição que essa voz ocupa na estrutura narrativa.

O que este corpus mostra é precisamente essa tensão: uma forte presença de vozes civis, coexistindo com uma autoridade interpretativa que permanece maioritariamente externa a essas mesmas vozes.

Por outro lado, os resultados introduzem uma nuance importante face à literatura que tem identificado tendências de exclusão, marginalização ou distribuição desigual da voz (De Moraes, 2024; Baldin & Ramos, 2023). No caso analisado, essa exclusão não se verifica de forma linear. Pelo contrário, os civis palestinos estão amplamente presentes, sendo frequentemente mobilizados como elemento central de concretização do sofrimento.

No entanto, essa presença ocorre predominantemente no registo experiencial. Os civis são visíveis enquanto sujeitos de sofrimento, mas raramente emergem como sujeitos políticos plenos. A sua voz é integrada, mas dentro de limites bem definidos: serve para mostrar, menos para interpretar; para testemunhar, menos para enquadrar.

Esta configuração aproxima-se do que Chouliaraki (2006) descreve como uma política da piedade mediada, na qual o sofrimento é apresentado de forma a mobilizar resposta moral, mas não necessariamente a promover uma compreensão política aprofundada das suas causas ou das suas implicações.

As diferenças entre os dois canais tornam esta dinâmica ainda mais visível. Na RTP1, a maior consistência entre enquadramento humanitário, presença de voz palestina e elevado grau de humanização contribui para uma narrativa mais estável, centrada na experiência vivida. Na SIC, a maior diversidade de enquadramentos, a presença de narrativas mais abstratas e a variabilidade no grau de humanização introduzem uma maior oscilação entre proximidade e distanciamento.

As diferenças observadas entre a RTP1 e a SIC sugerem que a construção mediática do sofrimento não é homogênea, mesmo perante acontecimentos semelhantes e inseridos no mesmo contexto nacional. Embora o presente estudo permita identificar variações nos enquadramentos e nas estratégias narrativas mobilizadas pelos dois operadores, não foi concebido para explicar as razões que lhes estão subjacentes. Estas diferenças poderão estar relacionadas com diferentes opções editoriais, rotinas de produção jornalística, recursos disponíveis ou especificidades institucionais associadas à missão de serviço público e

à natureza privada dos operadores. Contudo, a identificação desses fatores exigiria metodologias complementares, designadamente estudos sobre culturas editoriais e rotinas profissionais.

Esta oscilação é também visível no plano visual. A alternância entre planos próximos (que individualizam e aproximam) e planos gerais (que agregam e distanciam) traduz uma ambivalência estrutural da mediação do sofrimento: ao mesmo tempo que o aproxima, o discurso mediático também o reconfigura em escala, tornando-o por vezes mais difuso, mais difícil de apreender enquanto experiência individual.

Importa ainda sublinhar que a autoridade interpretativa não reside exclusivamente nas fontes citadas. Casos como a reportagem S7 mostram que essa autoridade pode deslocar-se para a própria instância jornalística. Aqui, é o jornalista que organiza o sentido, seleciona os elementos relevantes e propõe uma leitura do conflito. Este tipo de configuração reforça a ideia de que o jornalismo não é apenas um mediador entre vozes, mas um ator ativo na construção do significado.

Em conjunto, os resultados mostram que o jornalismo televisivo não se limita a tornar o sofrimento visível. Ele define as condições da sua inteligibilidade. Decide quem fala, mas também quem explica. E é nessa articulação — entre visibilidade, enquadramento, voz e narrativa — que se joga, em última instância, o reconhecimento mediático do sofrimento humano.

6. Conclusão

Em resposta à questão de investigação que orientou este estudo, os resultados demonstram que a representação mediática dos refugiados palestinianos no jornalismo televisivo português é predominantemente estruturada por um enquadramento humanitário, que favorece processos de humanização, embora o reconhecimento mediático permaneça dependente das condições narrativas e discursivas que organizam essa representação. Neste sentido, a análise permite compreender com maior precisão não apenas como o sofrimento é tornado visível, mas como é construído enquanto experiência inteligível e socialmente reconhecível.

Os resultados evidenciam a centralidade do enquadramento humanitário como principal eixo organizador da narrativa mediática, orientando a leitura do conflito para as suas consequências humanas e favorecendo a emergência de sujeitos reconhecíveis no espaço mediático. A presença recorrente de testemunhos diretos reforça esta dimensão, ancorando o discurso na experiência vivida e contribuindo para a humanização da representação.

Contudo, a análise mostra que a visibilidade do sofrimento não garante, por si só, o seu reconhecimento. Embora a presença da voz palestiniana seja recorrente, esta não se traduz automaticamente em centralidade interpretativa. Em muitos casos, os civis palestinianos são chamados a testemunhar, mas não a definir o sentido do acontecimento, permanecendo a estrutura interpretativa ancorada em fontes institucionais. O reconhecimento mediático emerge, assim, como um processo contingente, dependente das condições narrativas e discursivas que organizam a representação — da forma como as vozes são posicionadas, os sujeitos identificados e as experiências enquadradas.

Importa, ainda, sublinhar um elemento distintivo deste estudo.

Ao contrário do que tem sido identificado em parte da literatura (De Moraes, 2024; Baldin & Ramos, 2023), os resultados sugerem que a representação dos refugiados palestinos no jornalismo televisivo português não se reduz a uma lógica de invisibilidade ou exclusão discursiva, mas configura antes um regime de visibilidade complexo, marcado por tensões entre humanização, enquadramento político e construção narrativa. Esta evidência não invalida os padrões identificados nesses estudos, mas sugere a existência de variações contextuais e editoriais que influenciam as condições de emergência da voz no discurso noticioso.

Ainda assim, essa presença ocorre predominantemente no registo experiencial. Os civis são visíveis enquanto sujeitos de sofrimento, mas raramente assumem uma posição de autoridade interpretativa. A sua voz é integrada, mas nem sempre enquadrada; é audível, mas nem sempre determinante. Esta tensão entre visibilidade e centralidade constitui um dos principais contributos analíticos deste estudo.

Neste sentido, o jornalismo televisivo revela-se mais do que um dispositivo de visibilidade. É um espaço ativo de construção simbólica, no qual se definem as condições através das quais determinadas vidas se tornam próximas, inteligíveis e passíveis de reconhecimento no espaço público. Entre a humanização e a mediação institucional, entre a experiência vivida e a autoridade interpretativa, é nesse equilíbrio que se joga a forma como o sofrimento é compreendido.

Este estudo apresenta limitações decorrentes da delimitação do corpus a dois canais televisivos e a um período temporal específico. Investigações futuras poderão alargar a análise a outros meios — nomeadamente plataformas digitais —, bem como a diferentes contextos geográficos e temporais, permitindo aprofundar a compreensão das condições mediáticas de reconhecimento em contextos de conflito.

Ainda assim, os resultados reforçam a necessidade de pensar o jornalismo não apenas como um mediador de acontecimentos, mas como um ator central na definição das condições simbólicas do reconhecimento. Em última instância, no jornalismo não está apenas em causa o que se vê, mas quem pode ser ouvido e em que condições essa voz se torna verdadeiramente reconhecida.

Agradecimentos / Financiamento

Este trabalho foi financiado pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito da bolsa com a referência 2025.02013.BD e o identificador DOI 10.54499/2025.02013.BD.

Conflito de interesses

As autoras declaram não existir qualquer conflito de interesses.

Declaração ética

Este estudo foi realizado em conformidade com os princípios da investigação científica e não exigiu aprovação adicional por uma comissão de ética.

Declaração sobre a utilização de IA

Foram utilizadas ferramentas de inteligência artificial generativa para apoio à tradução.

Disponibilidade de dados

Os dados que sustentam os resultados deste estudo estão disponíveis mediante solicitação.

Contribuições das autoras

	Catarina Castro e Melo	Felisbela Lopes
Conceptualização	x	x
Curadoria dos dados	x	
Análise formal	x	
Obtenção de financiamento	x	
Investigação	x	
Metodologia	x	x
Supervisão		x
Validação		x
Visualização	x	
Redação - rascunho original	x	
Redação - revisão e edição	x	x

Referências

Baldin, V. P., & Ramos, D. O. (2023). Reflexões sobre as relações entre mídia noticiosa e conflito permanente entre palestinos e israelenses. *Comunicação & Informação*, 26, 299–315. <https://doi.org/10.5216/ci.v26.76297>

Bateman, J., & Tseng, C. (2023). Multimodal discourse analysis as a method for revealing narrative strategies in news videos. *Multimodal Communication*, 12(3), 261-285. <https://doi.org/10.1515/mc-2023-0029>

Boltanski, L. (1999). *Distant suffering: Morality, media and politics*. Cambridge University Press.

Butler, J. (2009). *Frames of war: When is life grievable?* Verso.

Cymerman, H. (2025). *O enigma de Israel: Uma história do Estado judaico*. Dom Quixote.

Chouliaraki, L. (2006). *The spectatorship of suffering*. Sage.

Chouliaraki, L., & Stolić, T. (2017). Rethinking media responsibility in the refugee “crisis”: A visual typology of European news. *Media, Culture & Society*, 39(8), 1162–1177. <https://doi.org/10.1177/0163443717726163>

Cottle, S. (2006). *Mediatized conflict: Developments in media and conflict studies*. Open University Press.

De Moraes, S. (2024). War of words: How media shapes perceptions of Gaza 2023–2024 (Master’s thesis, Columbia University). *Columbia University Academic Commons*. <https://academiccommons.columbia.edu/doi/10.7916/6sz1-zg15>

Entman, R. M. (1993). Framing: Toward clarification of a fractured paradigm. *Journal of Communication*, 43(4), 51–58. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.1993.tb01304.x>

Fairclough, N. (1995). *Media discourse*. Edward Arnold.

Fassin, D. (2012). *Humanitarian reason: A moral history of the present*. University of California Press.

Geise, S., & Xu, Y. (2025). Effects of visual framing in multimodal media environments: A systematic review of studies between 1979 and 2023. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 102(3), 796–823. <https://doi.org/10.1177/10776990241257586>

Hoffmann, L. B., & Hameleers, M. (2024). Unequal framing in times of hardship? How newspapers from Germany, Spain, the United Kingdom and Switzerland portray Syrian and Ukrainian refugees: Evidence from a deductive and inductive automated content analysis. *Mass Communication and Society*, 27(6), 1685–1716. <https://doi.org/10.1080/15205436.2024.2376598>

- Hoskins, A., & O'Loughlin, B. (2010). *War and media: The emergence of diffused war*. Polity.
- Iyengar, S. (1991). *Is anyone responsible? How television frames political issues*. University of Chicago Press.
- Khalidi, R. (2020). *The hundred years' war on Palestine: A history of settler colonialism and resistance, 1917–2017*. Profile Books.
- López-Rabadán, P. (2021). Framing studies evolution in the social media era: Digital advancement and reorientation of the research agenda. *Social Sciences*, 11(1), Article 9. <https://doi.org/10.3390/socsci11010009>
- Morris, B. (2004). *The birth of the Palestinian refugee problem revisited*. Cambridge University Press.
- OCHA. (2025). *Occupied Palestinian Territory: Humanitarian update*. United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs. <https://www.ochaopt.org>
- Pappé, I. (2006). *The ethnic cleansing of Palestine*. Oneworld.
- Park, C. S., & Oliullah, M. (2025). Framing Conflict: American Media's Framing of the Israel-Hamas War. *International Journal of Mass Communication*, 3, 123–134. <https://doi.org/10.6000/2818-3401.2025.03.08>
- Philo, G., & Berry, M. (2011). *More bad news from Israel*. Pluto Press.
- Silverman, D. (2013). *Doing qualitative research (4th ed.)*. Sage.
- Silverstone, R. (2007). *Media and morality: On the rise of the mediapolis*. Polity.
- UNRWA. (2024). *Palestine refugees*. United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East. <https://www.unrwa.org/palestine-refugees>
- van Dijk, T. A. (1998). *Ideology: A multidisciplinary approach*. Sage.
- van Dijk, T. A. (2008). *Discourse and power*. Palgrave Macmillan.